

Avaliação da pesquisa em Educação e indicadores de produção bibliográfica: um relato sobre o Qualis Periódicos

Educational Research evaluation and bibliographical products:
a report about the Journals Qualis

Clarilza Prado de Sousa (PUC/SP-FCC)¹

Elizabeth Macedo (UERJ)²

Resumo

Nos últimos anos, a avaliação da pós-graduação realizada pela CAPES vem enfatizando os produtos, especialmente os bibliográficos. Para tanto, iniciou-se em 2001 um processo de qualificação de veículos onde a produção dos programas de pós-graduação é publicada, especialmente em periódicos. No âmbito das Ciências Humanas e Sociais, foram destacadas tanto a necessidade de qualificar também a produção em livros quanto a impossibilidade de avaliação dos periódicos por indicadores indiretos como índices de impacto. Este texto descreve o processo de classificação de periódicos que vem sendo realizado na área de Educação, no qual se destacam critérios de normalização, publicação, circulação, autoria, conteúdo e gestão editorial. Conclui apresentando alguns desafios dentre os quais a melhoria da política de gestão editorial para fazer face à nova configuração da área.

Palavras-chave: Avaliação. Pós-graduação. Periódicos científicos.

Abstract

In recent years, the evaluation of graduate courses made by CAPES has been emphasizing especially bibliographical products over others. For that purpose, it began in 2001 a process of qualifying media in which the production of graduate courses is published, particularly journals. In the sphere of human and social sciences mention was made not only of the need to qualify also production in books but also the impossibility of evaluating journals by indirect indicators like impact indexes. This text describes the process of classification of periodicals underway in the Education area, in which emphasis is put on criteria of normalization, publication, circulation, authorship, content and publishing management. It concludes by presenting some challenges, among which is the improvement of publishing management policy for coping with the new configuration of the area.

Keywords: Evaluation. Graduate courses. Scientific journals.

1 Doutora em Psicologia da Educação pela PUC-SP. Coordenadora do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Educação. Pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Endereço profissional: Rua Francisco Morato, 1565, Perdizes. CEP: 05513-900 - São Paulo, SP - Brasil. Telefone: (11) 37233093 <clarilza.prado@uol.com.br>.

2 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículo. Suas pesquisas recentes tem buscado definir o currículo como espaço-tempo de enunciação cultural num diálogo entre a teoria do currículo e as abordagens. Endereço profissional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Departamento de Estudos Aplicados ao Ensino. Rua São Francisco Xavier, Copacabana CEP 22550-013 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Telefone: (21) 5877608 Fax: (21) 5877188. E-mail: <elizabethmacedo@gmail.com>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 18	n. 37	p. 255-272	maio/ago. 2009
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

Introdução

A avaliação mais sistemática da educação básica e superior iniciou no final dos anos 80 e início dos anos 90, quando se pretendeu desenvolver a qualidade da educação pela ampliação de sistemas avaliativos. O desenvolvimento da avaliação da pós-graduação está, no entanto, na base do próprio projeto que instaurou o sistema de pós-graduação no Brasil. Como coordenadora desse sistema, a CAPES, no dizer de Sguissardi (2006), passou, em 1976, a subsidiar os responsáveis pelo credenciamento e credenciamento dos cursos (e posteriormente programas) com resultados de uma avaliação externa. Com isso, o crescimento do sistema foi, em certa medida, controlado pelo Estado, com consequências avaliadas positiva e negativamente pela comunidade científica. A despeito das muitas críticas aos processos e aos resultados da avaliação, há consenso de que o fato da avaliação ser conduzida por pares — sob a coordenação de um pesquisador indicado pela CAPES após consulta à comunidade — é positivo. Outro ponto sobre o qual há pouca controvérsia diz respeito à importância da avaliação para o crescimento planejado do sistema, evitando-se a proliferação de cursos/programas de pós-graduação que não atendam a uma qualidade mínima definida em consenso por critérios estabelecidos entre os pares.

A definição desses critérios, que vinham sendo gradativamente legitimados pela comunidade científica do país, teve, segundo Sguissardi (2006) e Horta e Moraes (2005), mudanças e inflexões no biênio 1996/1997, quando um novo modelo foi constituído. Além da criação da ideia de programa³, da consolidação da pós-graduação como lócus de pesquisa⁴ e da ênfase na internacionalização, os autores destacam alterações no processo de avaliação. Até esse período, as avaliações eram realizadas fundamentalmente por intermédio de visitas de consultores aos programas e de uma apreciação mais global dos cursos, segundo critérios definidos pelas áreas. A partir de 1996/1997, segundo Kuenzer e Moraes (2005), começou a se constituir um modelo de avaliação com ênfase nos *produtos*, especialmente bibliográficos.

3 Até então a unidade de avaliação eram os cursos de mestrado e doutorado e não o Programa como instância que congrega cursos de mestrado e doutorado.

4 Segundo Horta e Moraes (2005), passa a ser prioritária a organicidade entre linhas de pesquisa, projetos, estrutura curricular, publicações, teses e dissertações, indicando a centralidade da formação para e pela pesquisa. Saliento que esse “modelo” de pós-graduação vinha, na área de educação, sendo objeto de amplos debates na área desde fins dos anos 1980.

No triênio 2007/2009, essa ênfase já evidenciada nos produtos bibliográficos foi sendo intensificada. No entanto, a importância do processo de formação do aluno também foi se ampliando. Critérios que procuravam não só controlar o tempo de formação, mas, sobretudo, o seu nível de formação — a partir das produções dos alunos, dos egressos e da coerência das dissertações e teses com as linhas de pesquisa e com a proposta dos programas que foram sendo aprimorados. Com isso queremos salientar que não assumimos a interpretação de que a produção bibliográfica tenha sido o aspecto mais valorizado nas últimas avaliações para conceitos de 3 a 5⁵, sobrepujando a própria formação dos pós-graduandos, mas apenas que houve um movimento de ampliação de sua importância como indicador da qualidade dos programas e da pesquisa neles desenvolvida. Foi neste contexto que se tornou necessário analisar as produções bibliográficas de alunos e professores, com a definição de indicadores de qualidade desses produtos, dentre os quais se destacou a qualidade do veículo em que foram publicados. Em relação aos periódicos, indicadores como índice de impacto e indexações, foram, de certa forma, indicadores clássicos utilizados por várias áreas do conhecimento. Nas humanidades e especialmente na área de Educação, no entanto, esses indicadores não têm tradição, até porque a consulta a periódicos ainda é modesta e não suplanta a realizada a livros. Nesses termos, a avaliação da produção da área de Educação exige também a análise dos livros, sob pena de se subavaliar e enviesar à produção de um programa.

Com o propósito de apresentar à comunidade acadêmico-científica o processo aperfeiçoamento dos indicadores que estamos empenhados em realizar — visando avaliações dos programas que contemplem as especificidades da produção na área e possam, desta forma, realmente diagnosticar seu desempenho —, descrevemos, a seguir, os procedimentos que estão orientando nosso processo avaliativo no que concerne ao Qualis periódicos. Num primeiro momento, buscamos evidenciar a trajetória já percorrida por equipes de coordenadores e representantes que nos antecederam para, em seguida, pontuar alguns acertos desse percurso e os desafios com os quais temos que lidar. Pretendemos, em outro texto, fazer o mesmo com relação ao Qualis livros.

5 Nas fichas de avaliação do período entre 2001-2008, a produção bibliográfica constituiu quesito que contribuiu com apenas 24% da nota global, passando a 28% no atual triênio. Como a avaliação é feita por faixas, há razoável número de Programas com conceito 4 e 5 em que a produção docente é inferior a 1 produto por ano em periódicos ou capítulos de livros.

A qualificação dos periódicos de produção acadêmica

A ênfase nos produtos explicita um modelo de avaliação em que a qualidade da pós-graduação se vincula diretamente à qualidade da pesquisa nela produzida. Aceita tal vinculação, permanece o desafio sobre como avaliar a qualidade da pesquisa. Em todo o mundo, um dos principais problemas para essa avaliação diz respeito à dificuldade de encontrar indicadores que possibilitem aferir a qualidade. Na ausência de tais indicadores, tem sido comum a utilização de critérios secundários como os índices de impacto dos periódicos nos quais os produtos da pesquisa são veiculados. Assim, no âmbito da avaliação da CAPES, no triênio 1998-2000, começou a se desenhar a proposta de qualificar os veículos em que a produção dos programas de pós-graduação era publicada. Ainda que a ideia de qualificação tenha sido discutida, não se iniciou, neste momento, um processo mais sistemático de avaliação⁶. Os resultados da avaliação dos programas ainda indicavam números globais de produtos em periódicos, livros e trabalhos completos em anais.

Foi no triênio seguinte (2001-2003) que a proposta do QUALIS tomou forma no CTC da CAPES, tendo sido definido como

[...] uma base de dados que ficará disponível constantemente no sítio da CAPES e constitui importante fonte de informação para as diferentes áreas do conhecimento. A classificação é feita ou coordenada pelo representante de cada área e passa por processo anual de atualização [...] Não se pretende, com essa classificação, que é específica para um processo de avaliação de área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta (BRASIL, 2007).

Ainda que a ideia de QUALIS se aplicasse a todos os veículos de publicação — periódicos, livros e anais de congressos —, a ênfase recaiu, nesse primeiro momento, sobre os periódicos. Se essa ênfase era compreensível por se tratar de veículo utilizado por todas as áreas de conhecimento, não deixava de ser preocupante para a grande área de Ciências Humanas. Em todo o mundo, as áreas ligadas às Humanidades têm por tradição uma maior produção em livros, forma privilegiada de escoamento de produções, cuja característica é a

6 Na área de educação, o representante de área no triênio, Dr. José Silvério Baia Horta, solicitou à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação que fizesse uma avaliação dos periódicos da área, o que foi realizado considerando-se critérios de normalização, publicação, circulação, autoria e conteúdo e gestão editorial.

duração e não a expansão rápida. A mobilização da grande área de Ciências Humanas, na época, visou, entre outros aspectos⁷, garantir que os demais veículos, especialmente livros, permanecessem sendo considerados para efeito de avaliação da qualidade da pesquisa desenvolvida nos programas de pós-graduação. Trata-se de um movimento que, até hoje, a grande área vem travando no interior do CTC com resultados positivos. Do ponto de vista da QUALIS, no entanto, apenas a proposta envolvendo periódicos evoluiu de forma mais sistemática nesses 8 anos. Os livros foram, nos triênios 2001-2003 e 2004-2006, distribuídos em três níveis definidos com base na editora. Ainda que se tratasse de indicador muito fraco do nível de circulação da obra e da existência de uma avaliação prévia por um comitê editorial, foi o que pareceu possível nesses períodos. Para o triênio em curso está sendo iniciado um processo de qualificação mais sistemático dos livros (integrais e coletâneas), considerando-se, especialmente, a articulação da obra em torno de eixo temático e sua vinculação à pesquisa desenvolvida nos programas de pós-graduação⁸. Nossa atenção, neste texto, se centrará na elaboração do QUALIS periódico, apenas porque se trata de um processo já sistematizado pela área de Educação. Mantemos, no entanto, a posição da área de que a produção em livros é tão relevante para a avaliação da qualidade da pesquisa quanto aquela veiculada nos periódicos científicos.

No período de 2001 a 2006, o CTC⁹ definiu que o QUALIS periódico seria composto por nove estratos, produtos da combinação de dois critérios: circulação – internacional, nacional e local – e nível – A, B e C. Em 2001, a representação de área, mantendo o procedimento adotado no triênio anterior, contactou a ANPEd solicitando parceria na qualificação dos periódicos, segundo os novos critérios de circulação e nível. Foi, então, montada uma comissão pela Associação, com a participação de membros da comissão de área da CAPES, para proceder a avaliação dos periódicos¹⁰. A comissão decidiu restringir a avaliação

7 O texto de Horta e Moraes (2005) descreve pormenorizadamente os movimentos políticos que se desenrolaram no período.

8 Há outros indicadores como circulação e gestão editorial sendo propostos, mas o modelo ainda se encontra em fase de testagem.

9 Conselho Técnico Científico – CAPES.

10 Essa comissão foi presidida pela Dra. Iria Brzezinski (UCG e Secretária Geral da ANPEd), Elza Garrido (USP e Vice-Presidente da ANPEd), Walter Garcia (Instituto Paulo Freire), Alice Casimiro Lopes (UFRJ), Circe Maria Dynnikov (UFES), Elizabeth Macedo (UERJ), Margot Madeira (UCP). Atuaram como consultores ad hoc: Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE), Júlio Romero Ferreira (UNIMEP), Luis Fernandes Dourado (UFG), Manoel Francisco Vasconcelos Motta (UFMT), Marta Maria Araújo (UFRN) e Reinaldo Mathias Fleuri (UFSC).

aos periódicos brasileiros, lançando uma chamada pública para os periódicos que desejassem ser classificados. Os critérios utilizados foram os mesmos do primeiro processo realizado pela entidade — normalização, publicação, circulação, autoria e conteúdo e gestão editorial — acrescidos de uma ficha de impacto encaminhada a especialistas para definir os periódicos que teriam padrão internacional. Foi avaliado um total de sessenta periódicos.

No âmbito da comissão de área da CAPES, constituiu-se uma comissão QUALIS¹¹ para a avaliação dos periódicos em que os Programas de Educação publicaram ao longo do triênio 2001-2003, na medida em que o conjunto de periódicos (607 veículos) publicado pela área foi muito maior do que o já avaliado pela ANPEd. O trabalho de qualificação iniciou-se com a definição dos estratos, partindo-se do critério qualidade. O periódico A havia sido definido pela grande área de Ciências Humanas como aquele que veiculasse “pesquisa original, contribuição teórica original, inovação tecnológica, ou proposição metodológica original, publicado em periódico brasileiro ou estrangeiro.” (BRASIL, 2004). Os dois outros níveis foram definidos a partir deste (ver quadro 1). No que diz respeito à circulação, optou-se por considerar todos os periódicos estrangeiros como internacionais e os brasileiros, preferencialmente, como nacionais e locais. Apenas alguns periódicos brasileiros foram classificados como internacionais, tendo em vista sua circulação, mas também a sua qualidade. Decidiu-se, ainda, que os periódicos nacionais e internacionais de mesmo nível teriam o mesmo valor para fins de avaliação dos programas de pós-graduação. Tais decisões foram motivadas por certa sobreposição dos critérios de circulação e nível. Ainda que a circulação não indicasse maior qualidade do periódico, o movimento pela internacionalização dos programas de pós-graduação que se consolidava (HORTA; MORAES, 2005) conferia importância à classificação de um periódico como internacional.

11 Essa comissão foi constituída por Maria Célia Marcondes Moraes (representante de área); Marli André (representante adjunta); Elizabeth Macedo (UERJ); e Alice Casimiro Lopes (UFRJ).

Estrato	Definição
Internacional A	indexação internacional, diversidade institucional e geográfica internacional da autoria, do corpo editorial e do corpo de pareceristas, circulação internacional com assinaturas e permutas; atendimento às exigências de normas e padronização.
Internacional B	indexação internacional, diversidade institucional e geográfica internacional da autoria e do corpo editorial, circulação internacional com assinaturas e permutas; atendimento às exigências de normas e padronização.
Internacional C	indexação internacional, diversidade institucional e geográfica internacional da autoria e do corpo editorial restrita, circulação restrita internacional com assinaturas e permutas; atendimento às exigências de normas e padronização.
Nacional A	indexação nacional, diversidade institucional e geográfica nacional da autoria, do corpo editorial e do corpo de pareceristas, assinaturas e permutas; atendimento às exigências de normas e padronização.
Nacional B	periódicos Nacional B: indexação nacional, diversidade institucional e geográfica nacional da autoria e do corpo editorial, assinaturas e permutas; atendimento às exigências de normas e padronização.
Nacional C	os demais periódicos com circulação nacional por meio de assinaturas e permutas e que atenderam às exigências de normas e padronização.
Local A, B e C	periódicos com circulação restrita que atendem às exigências de normas e padronização.

Quadro 1- Definição estratos qualis periódico triênio 2001-2003 (Brasil, 2004)

Na classificação dos periódicos por estratos foram utilizadas, na íntegra, as avaliações da ANPED, assim como, para periódicos de outras áreas, as avaliações das áreas a que os mesmos estavam vinculados. O restante dos periódicos foi avaliado por critérios semelhantes aos utilizados pela comissão constituída pela ANPED. A impossibilidade de manusear a revista foi minimizada pela consulta a diferentes bases de dados, como CCN/IBICT, SciELO, ERIC, JCR e às bases constantes do Portal de Periódicos CAPES. A distribuição das avaliações por estrato encontra-se na tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição da qualificação dos periódicos pela CAPES triênio 2001-2003

Internacional			Nacional			Local		
160			309			139		
A	B	C	A	B	C	A	B	C
46	53	61	79	84	146	26	41	71

Fonte: Brasil (2004).

Para o triênio 2004-2006, foi constituída uma nova comissão¹² que manteve os mesmos critérios de definição dos estratos e procedimentos utilizados para o qualis do triênio anterior. Também seguindo a tradição de trabalhar em parceria com a ANPED, a representação de área solicitou à Associação que procedesse a atualização/ampliação da avaliação anterior, para o que foi constituída, pela ANPED, em meados de 2006, uma nova comissão¹³. Como, no entanto, o processo de avaliação da ANPED não estava concluído no momento da elaboração da QUALIS final do triênio, a comissão optou por manter a classificação anteriormente realizada pela Associação. Para que não houvesse prejuízo dos periódicos que melhoraram ao longo do período, alguns foram qualificados em estratos superiores aos conferidos pela ANPED em 2003. A distribuição dos periódicos por estrato no triênio encontra-se na tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição da qualificação dos periódicos pela CAPES triênio 2004-2006

Internacional			Nacional			Local		
334			500			474		
A	B	C	A	B	C	A	B	C
109	84	141	113	149	238	113	128	233

Fonte: Brasil (2007).

12 Esta comissão foi formada por Robert Verhine (UFBA), Clarilza Prado (PUC-SP), Elizabeth Macedo (UERJ) e Julio Romero Ferreira (UNIMEP), escolhidos pela representação de área, e Dalila Oliveira, João Ferreira (UFG) e Vera Placco (PUC/SP), indicados pela ANPED.

13 A comissão foi constituída por Dalila Andrade Oliveira (UFMG); Alfredo Macedo Gomes (UFPE); José Silvério Baia Horta (UFAM); João Ferreira de Oliveira (UFG); Leda Scheibe (UFSC); Lucíola Licínio Paixão Santos (UFMG); Marli Eliza D. Afonso André (PUC-SP).

Ao terminar o triênio 2004-2006, o CTC iniciou uma avaliação dos critérios até então utilizados, propondo alterações a serem aplicadas no triênio em curso (2007-2009), sendo as principais relacionadas à ficha de avaliação e ao QUALIS. Estudos realizados pela equipe técnica demonstraram que o duplo critério de nível e abrangência estava sendo tratado de forma muito diferente pelas áreas. A abrangência referia-se, para algumas, ao lugar de publicação do periódico; para outras, ao público alvo e, para outras, como a Educação, uma mistura entre lugar de publicação e nível. A diferença de critério se refletia também na valorização dos estratos por ocasião da avaliação. Além dessa imprecisão, o estudo ressaltou problemas quanto: à distribuição dos periódicos pelos estratos, havendo áreas em que a ampla maioria dos veículos encontrava-se nos estratos superiores; e à variedade de estratos a que um mesmo periódico pertencia, por vezes englobando de Local a Internacional. A partir desse estudo, o CTC tomou algumas decisões. Os estratos de avaliação passaram a ser definidos como A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, sendo possível ainda considerar um periódico impróprio — quando não atendesse aos critérios de periódicos científicos — ou fora da área de avaliação (C). Esperava-se que os estratos superiores (A) não congregassem mais do que 20% da produção da área (em número de textos) e que os demais periódicos estivessem regularmente distribuídos pelos estratos B. Cada área passaria a submeter à apreciação do CTC não apenas os critérios para a definição dos estratos, mas a listagem de periódicos classificados.

A alteração dos critérios de classificação dos periódicos trouxe a necessidade de intensificar as discussões na grande área de Ciências Humanas, de modo a se buscar melhores indicadores que pudessem analisar e classificar os periódicos desta grande área compreendendo a natureza destes periódicos e a especificidade que eles apresentam na área de humanidades. Assim, se para outras áreas o fortalecimento do fator de impacto dos periódicos é um critério de estratificação, para área de educação, não só no Brasil, não representam um bom indicador de avaliação. Nessas reuniões ficou claro que, as áreas estavam em momentos muito diferentes de consolidação de seus periódicos, de modo que se optou por uma definição de periódico científico que definisse e categorizasse o tipo de produção, favorecendo, assim, sua classificação. Foi definido como periódico científico “uma publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico-científica” (Brasil, 2009), e estabeleceram-se alguns indicadores necessários para cada um dos estratos. Tais indicadores englobavam normalização, gestão editorial, conteúdo e autoria e indexação.

A partir dessas definições mais amplas da grande área, a comissão QUALIS periódico da Educação¹⁴ passou a definir os critérios de cada estrato para, em seguida, proceder a

14 Essa comissão foi constituída por Elizabeth Macedo (UERJ), Marília Gouveia de Miranda (UFG), Dario Fiorentini (UNICAMP) e Julio Romero Ferreira, posteriormente substituído, a pedido, por Jarbas de Moraes Pessoa (UFPEL)

avaliação dos periódicos do triênio anterior, de modo a constituir um banco de periódicos já classificados. Na medida em que a QUALIS seria utilizada para a avaliação do triênio em curso, a comissão trabalhou com a preocupação de não fazer grandes alterações nos critérios até então utilizados. Dessa forma, optou por referir-se à indexação de forma mais genérica na definição de cada estrato, respeitando o fato de tal procedimento não ser ainda amplamente utilizado na área, tanto no Brasil quanto em nível internacional. A definição de cada estrato encontra-se no quadro 2. Reconhecendo que a definição de perfis — que estabelecem características necessárias — pode prejudicar uma apreciação mais global do periódico, a comissão trabalhou com possibilidade de deslocar um veículo de um extrato em função do reconhecimento e da tradição do periódico na área.

Estrato	Definição
A1	Publicação amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter ampla circulação por meio de assinaturas/permutas para a versão impressa, quando for o caso, e on-line. Periodicidade mínima de 3 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Garantir presença significativa de artigos de pesquisadores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas (acima de dois artigos por ano). Estar indexado em, pelo menos, 6 bases de dados, sendo, pelo menos, 3 internacionais.
A2	Publicação amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter ampla circulação por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, e estar, preferencialmente, disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Publicar pelo menos dois artigos por ano de autores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas. Estar indexado em cinco bases de dados, sendo, pelo menos, duas bases internacionais.

Estrato	Definição
B1	<p>Publicação reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 14 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 60 % de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Publicar pelo menos um artigo ao ano de autores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas. Estar indexado em, pelo menos, 4 bases de dados nacionais ou internacionais.</p>
B2	<p>Publicação reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores: pelo menos 50 % de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 3 bases de dados nacionais ou internacionais.</p>
B3	<p>Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores: pelo menos 40 % de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.</p>

Estrato	Definição
B4	Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, na qual devem constar ISSN, editor responsável, conselho editorial, linha editorial, normas para submissão de artigos, afiliação institucional dos autores, resumo(s) e descritores. Ter circulação, no mínimo, regional, periodicidade de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir corpo de pareceristas formado por pesquisadores de diferentes instituições. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano, garantindo que pelo menos 50% deles sejam de autores diferentes da instituição que publicam o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 1 base de dados nacional ou internacional.
B5	Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico-científica, na qual devem constar ISSN, editor responsável, conselho editorial, linha editorial, normas para submissão de artigos, afiliação institucional dos autores, resumo(s) e descritores. Ter periodicidade de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir corpo de pareceristas formado por pesquisadores de mais de uma instituição. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano.

Quadro 2: Definição estratos qualis periódico triênio 2007-2009

Fonte: Brasil (2009).

Após uma primeira qualificação dos periódicos constantes no banco de dados do triênio 2004-2006, o CTC procedeu a alterações nos critérios de preenchimento dos estratos, ampliando o limite de periódicos nos estratos A para 26% (em número de periódicos), o que implicou a necessidade de uma nova qualificação. A avaliação foi realizada, então, já utilizando uma base de dados que incorporava os periódicos em que a área publicou em 2007. Nesse momento, a comissão pode, então, incorporar os pedidos de revisão da área, tendo em vista a primeira qualificação divulgada¹⁵. Manteve-se a decisão de parceria (parceria) com a ANPEd, tendo sido incorporados os resultados da última avaliação de periódicos realizada pela Associação, procedendo-

15 A coordenação de área, no intuito de ampliar a participação dos Programas no processo de avaliação, iniciou um processo de revisão contínua da classificação, no qual os coordenadores de Programa podem enviar solicitações de revisão das classificações em fluxo contínuo, desde que respeitados os critérios de definição dos estratos aprovados pelo CTC. Periodicamente, a comissão QUALIS implanta no sistema as alterações realizadas.

se as adequações necessárias em função da alteração na definição dos estratos. Também foram respeitadas as classificações dos periódicos das áreas de ciências humanas e sociais e do ensino de ciências. Quanto aos periódicos das demais áreas, foram classificados um ou dois estratos abaixo do utilizado pela área específica do periódico, como indicativo de valorização de publicações mais fortemente vinculadas à educação e às ciências humanas e sociais. A distribuição dos periódicos nos estratos encontra-se na tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição da qualificação dos periódicos pela CAPES triênio 2004-2006, dados de maio de 2009.

A		B					C
130		940					122
A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C ¹⁶
52	78	119	123	169	204	325	122

Fonte: Brasil (2009).

Assim, o processo de qualificação de periódicos da área de Educação foi sendo consolidado, sem grandes alterações de critérios, em um movimento político que envolveu, de um lado, o diálogo constante com a área e, de outro, a negociação com a grande área de Humanidades e com as demais áreas no interior do CTC e nas diferentes esferas em que se tecem as políticas de pesquisa e pós-graduação, especialmente no que concerne à distribuição de financiamentos. Em termos de volume total de periódicos qualificados, passou-se de 608 (2001-2003) a 1308 (2004-2006), sendo que destes apenas 232 concentram 80% da produção. No banco atual, que incorpora os dados de 2007 aos do triênio anterior, tem-se 1070 periódicos classificados. Esses dados indicam que a maioria dos periódicos em que a área publica já está classificada, sendo a flutuação anual muito mais devida a publicações em outras áreas e, em menor medida, a publicações em periódicos estrangeiros que não concentram grande número de artigos. A tabela 4 apresenta dados comparativos em número de periódicos para os estratos superiores, indicando a melhoria do perfil de qualificação dos periódicos da área. Muitas outras comparações ainda mereceriam ser pensadas — talvez por subárea de conhecimento, por país e região geográfica, por tempo de existência do periódico, por número e qualificação de indexadores —, no entanto fogem aos limites deste texto¹⁷.

16 Os periódicos classificados como C foram, em sua maioria, os não vinculados às áreas de ciências humanas e sociais provenientes da base do triênio 2004-2006.

17 Entendemos que a seleção de variáveis para comparação demandariam uma justificativa no âmbito de uma política de pós-graduação e pesquisa, o que não é o objeto mais direto deste texto.

Tabela 4 - Quadro comparativo da distribuição de periódicos nos estratos superiores ao longo dos triênios

Classificação 2001-2006	2001-2003	2004-2006	Classificação 2007-2009	2007-2009 (em curso)
Internacional A	46	109	A1	52
Nacional A	79	113	A2	78
Internacional B	53	84	B1	119
Nacional B	84	149	B2	123
Total (n. de periódicos)	262	455	-----	372 ¹⁸

Fonte: Brasil (2004, 2007, 2009).

Alguns acertos e muitos desafios

A elaboração da QUALIS vem envolvendo um processo de negociação política que se dá em vários níveis. Por um lado, as decisões precisam ser tomadas em consonância com a área, na medida em que têm implicações sobre a política de pós-graduação e pesquisa. Nesse sentido, a parceria com a ANPEd tem sido crucial, assim como, mais recentemente, o diálogo com o comitê de educação do CNPq. Por outro, o sistema de pós-graduação como um todo envolve diferentes áreas de conhecimento, de modo que as decisões de uma área precisam ser negociadas numa arena que envolve várias áreas com suas especificidades. Não nos referimos aqui apenas ao CTC da CAPES, que, no caso da QUALIS, é a instância máxima de decisão, mas a todos os fóruns onde a pesquisa e a pós-graduação são debatidas. Nesses fóruns, e especialmente no interior da CAPES, a articulação entre demandas das diferentes áreas das ciências humanas e sociais tem possibilitado o enfrentamento de muitas tensões de forma produtiva. Obviamente, essa articulação envolve o esvaziamento de algumas de nossas demandas enquanto área, ao mesmo tempo em que nos possibilita hegemonizar determinadas posições (LACLAU; MOUFFE, 2004). De qualquer forma, entendemos que: “[...] a politização é incesante, porque a

18 Não foram contabilizados os periódicos de 2008 e 2009.

indecidibilidade segue habitando a decisão. Todo consenso se manifesta como a estabilização de algo essencialmente não estável e caótico.” (MOUFFE, 2003, p. 147). Ou seja, decidimos provisoriamente numa arena contestada.

Em relação ao QUALIS, uma das decisões que avaliamos muito positivamente diz respeito ao modelo de classificação que temos construído, baseado em um conjunto de indicadores. Nosso modelo tem considerado aspectos como a normalização, a publicação, a circulação, a autoria e o conteúdo e a gestão editorial, em contraposição à simples aplicação de índices de impacto como critério de avaliação. Trata-se de uma decisão tomada porque a maioria de nossos periódicos não estava nas bases de dados de cálculo de índice de impacto (JCR, Scopus), mas principalmente porque entendemos que se trata de um critério secundário fortemente contestado, não apenas para as áreas de Ciências Humanas e Sociais, mas, sobretudo, para elas (OGDEN; BARTLEY, 2008; HOVLAND, 2007; VAN DIEST, HOZEL, BURNETT; CROCKER, 2001). Estudos sobre índice de impacto de periódicos demonstraram que tais indicadores não informam sobre o impacto de cada artigo isolado¹⁹. Ao mesmo tempo, periódicos menos especializados ou que abarcam áreas mais consolidadas tendem a ter maior índice de impacto não por sua qualidade, mas porque se destinam a um público alvo mais amplo²⁰. No campo das Ciências Humanas e Sociais há problemas adicionais, especialmente em função da importância, em âmbito internacional, dos livros. Tal importância se dá em função de características das próprias áreas de conhecimento, dentre as quais podemos salientar: o caráter mais argumentativo dos textos, implicando também em artigos mais longos; uma circulação inicial mais lenta associada a uma maior permanência dos textos; o impacto do conhecimento fora do campo acadêmico que propicia um mercado editorial mais amplo. Na medida em que os índices de impacto não contabilizam as citações em livros, periódicos citados em livros têm seus índices subdimensionados. Também o domínio das bases de dados por literatura em língua inglesa, especialmente a publicada nos EUA, tende a se refletir mais fortemente nas ciências humanas e sociais, áreas mais dependentes do contexto local.

No nível dos processos, julgamos que merece destaque a participação da área nesse seguimento, seja por intermédio da ANPED e de outras associações

19 Estudo realizado mostra que 15% dos artigos respondem por 50% das citações e 90% das citações vem de 50% dos artigos (SEGLER, 1997)

20 O JCR informa que os índices de impacto não devem ser utilizados para comparar periódicos de áreas diferentes porque o tamanho do público alvo é um fator decisivo no índice de impacto.

e sociedades, seja pelas contribuições de Programas de Pós-graduação e de pesquisadores individuais. Entendemos que, como o debate foi amplo ao longo desses anos, os periódicos brasileiros puderam se adequar às exigências da comunidade científica e assim fazer em face de critérios mais estritos de classificação. Por outro lado, a articulação com outras áreas tem possibilitado, em grande medida, construir critérios que respeitem as especificidades da produção do conhecimento em Educação.

Os desafios ainda são, no entanto, numerosos. Para além do caráter incessante das articulações para hegemonizar nossas posições, que implicam uma ação constante em diferentes foruns em que as políticas de pós-graduação e pesquisa são definidas, há desafios pontuais aos quais precisamos fazer face. Temos atualmente um conjunto ainda reduzido de periódicos no país, especialmente nos estratos mais elevados, se considerado o montante da produção da área de Educação. O movimento recente da área no sentido de criar periódicos vinculados a instituições de ensino e programas de pós-graduação ampliou o número de veículos, mas não necessariamente de periódicos classificados nos estratos mais elevados. Os custos financeiros e as dificuldades de pessoal têm, muitas vezes, comprometido a regularidade dessas publicações. O exemplo de algumas áreas, como a História da Educação, de criar associações/sociedades com foco determinado que possam sustentar um periódico de escopo definido nos parece mais promissor.

No panorama atual, um desafio que está posto para os periódicos já existentes é a ampliação de suas bases de indexação, não apenas numericamente, mas principalmente em bases de qualidade. A se manter a tendência atualmente observada, trata-se de um imperativo para a qualificação nos estratos mais elevados. Ainda que a indexação por si só não expresse qualidade, os indexadores de melhor nível normalmente envolvem avaliações por pares e algumas exigências editoriais relacionadas à qualidade. Julgamos, ainda, que se trata de uma exigência positiva, na medida em que amplia o acesso à produção e facilita a recuperação dos produtos da pesquisa. O segundo desafio que tem se apresentado, especialmente aos periódicos melhor classificados, refere-se à sua gestão editorial. Atualmente, a demora na publicação tem sido superior a 18 meses, tanto pela elevada demanda quanto por decisões editoriais de organização temática ou pela pouca colaboração da comunidade acadêmica na emissão de pareceres. Obviamente, a ampliação do número de veículos nos estratos superiores diminuirá o problema, mas dificilmente substituirá uma gestão editorial que faça face às demandas crescentes da área.

Finalmente, do ponto de vista de uma política de pós-graduação e pesquisa, temos, como área, ainda o desafio de ampliar a circulação da produção derivada de

nossas pesquisas. Ainda que ultimamente venhamos nos referindo cada vez mais à ideia de um produtivismo desenfreado, os dados das avaliações não parecem sustentar tal posição. A exigência aproximada de 2 produtos bibliográficos de média qualificação²¹ por ano por docente, suficiente para conceito MB, foi atingida por apenas 14 programas em um total de 78 avaliados. A ampliação dessa base é fundamental, não para fazer face às exigências de uma avaliação externa, mas para a maior consolidação do sistema de pós-graduação em educação. Entre outras consequências, tal ampliação pode favorecer o diálogo em torno do conhecimento produzido e a captação de recursos para a área, aspecto do qual historicamente nos ressentimos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento da Área de Educação**. Brasília, DF: CAPES, 2004. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento da Área de Educação**. Brasília, DF: CAPES, 2007. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento da Área de Educação**. Brasília, DF: CAPES, 2009. Mimeografado.

HORTA, J. S. B.; Moraes, M. C. M. O Sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências Humanas. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 30, p. 95-116, 2005.

HOVLAND, I. **Making a difference: M&E of Policy Research**. Londres: Overseas Development Institute, 2007.

KUENZER, A.; Moraes, M.C.M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. AU, E. & MOUFFE, C. **Hegemonia y estratégia socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2004.

MOUFFE, C. **La paradoxa democrática**. Barcelona: Gedisa, 2003.

21 Para efeitos de simplificação, usamos o termo de média qualificação, o que significou, na última avaliação, 2 artigos em periódicos nacional B (ou o equivalente em pontos a).

OGDEN, T. L., Bartley, D. L. The Ups and Downs of Journal Impact Factors. **Annals of Occupational Hygiene**, n. 52, p. 73-82, 2008.

SEGLE. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, Set./Dez. 2005.

LACLR, P.O. Why the impact factor of journals should not be used for evaluating research. **British Medical Journal**, p. 314-497, 1997.

SGUISSARDI, V. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” - É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? **Perspectiva**, v.24, n.1, p. 49-88, jan./jun.2006.

VAN DIEST, P. J.; HOLZEL, H.; BURNETT, D.; CROCKER, J. Impactitis: new cures for an old disease. **Journal of Clinical Pathology**, n. 54, p. 817-819, 2001.

Recebimento em: 24/05/2009.

Aceite em: 26/05/2009.